

Os atos de fundação do panteão: a construção institucional da Academia Brasileira de Música

LUÃ FERREIRA LEAL¹

Nesta comunicação, apresento alguns dos resultados parciais da pesquisa em andamento “O ‘popular’ na pauta da Academia Brasileira de Música”. O interesse central é analisar os momentos decisivos dos atos de fundação, ou seja, assumir como ponto de partida a fundação de um panteão da música brasileira. A Academia Brasileira de Música (ABM) foi criada em 1945, tendo entre seus membros renomados compositores e “musicógrafos”, categoria que designava os especialistas em crítica e estudo musical. Apesar do prestígio de seus componentes, a instituição foi afetada pela redução de suas atividades algumas décadas após a fundação, sobretudo devido ao falecimento de seu presidente Heitor Villa-Lobos. Os motivos para tal refreamento do ímpeto inicial, não serão tratados neste texto, pois somente abordarei os “atos de fundação”.

A pesquisa foi desenvolvida em diferentes instituições de guarda de acervo, mas concentrarei neste texto especial atenção à documentação encontrada na Biblioteca Mercedes Reis Pequeno da Academia. Em um documento datilografado, sem autoria identificada, com rasuras e assinaturas à caneta de João Baptista Julião e Savino de Benedictis, foram registradas as possíveis denominações: Academia Nacional de Música do Brasil ou Academia Musical do Brasil. No corpo do texto, há dados a respeito do projeto original, sobretudo enfatizando a importância de sua concepção, pois “os autores da ideia, Maestros H. Villa-Lobos e Oscar Lorenzo Fernandez, houveram por bem trocarem sugestões a respeito da mesma com alguns de seus colegas”. Na lista de músicos que sugeriram o formato institucional adequado, constam Savino de Benedictis, João Baptista Julião, Florencio de Almeida Lima e Arthur Iberê de Lemos².

¹ Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação do IFCH/Unicamp, aluno de doutorado pela mesma instituição. Bacharel em Ciências Sociais pela Escola de Ciências Sociais do CPDOC/FGV. Pesquisa financiada pela Fapesp.

² BIBLIOTECA MERCEDES REIS PEQUENO. Academia Brasileira de Música. Rio de Janeiro. Acervo Institucional. Pasta 1 Atas e reuniões de fundação - 1945. Documento 1: Reunião inicial de criação da Academia



A primeira diretoria foi formada por cinco cargos ocupados por Heitor Villa-Lobos, presidente, Andrade Muricy, secretário-geral, Luiz Heitor Correa de Azevedo, primeiro secretário, Iberê de Lemos, segundo secretário, e Lorenzo Fernandez, tesoureiro. De acordo com a legislação interna, condicionada pelo Estatuto e pelo Regimento, a ABM deveria realizar anualmente eleições para a constituição do corpo de diretores. Era, paradoxalmente, um conjunto de intelectuais, atuantes em diferentes áreas na imprensa escrita, em conservatórios e organismos culturais, que constituiriam uma “Academia” de “anti-acadêmicos”.

Essa ênfase em distanciar a instituição criada de um “cenáculo” aparecia com vigor nas linhas dedicadas ao tema por Andrade Muricy, primeiro acadêmico a exercer o cargo de secretário-geral. Em seu discurso, inserido na segunda edição do noticiário oficial da ABM de dezembro de 1945, ele apontou a instituição como “representativa da Música Brasileira” que “não reúne todos, porém inclui valores incontestáveis da nossa vida musical criadora e músico-cultural”. Também é elucidativo o trecho que contempla a imagem de “anti-academicismo”: “a Academia pede perdão de ter adotado o padrão tradicional de tais cenáculos..., de ser Academia”. Formada por membros que se consideravam “anti-acadêmicos”, a ABM, no discurso de Muricy, “promete ser o menos acadêmica possível, e manter todas as janelas para todos os peritos do horizonte artístico-cultural da música”, por isso “escolheu representantes até das tendências mais avançadas”. Os três tópicos desse roteiro do discurso, “criadores e intérpretes”, “reputação e posteridade” e “As academias e a imortalidade”, estão articulados a uma proposta de construir uma Academia que não fosse um cenáculo, que “pode ser julgada pelo que vier a fazer, e não pelo rótulo e pelos dos seus componentes...”³.

Devido à fundação, foram enviados telegramas de congratulações por Jean Desy, embaixador do Canadá, Desembargador A.M. Ribeiro da Costa, Chefe de Polícia do Distrito Federal, Gabriella Besanzoni Lage, Sylvio Salema da Superintendência de Ensino Musical e Artístico do Distrito Federal, Maestro Eugen Szenkar, nascido em Budapeste e regente da Orquestra Sinfônica Brasileira, e do presidente da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais,

Brasileira de Música. 28/06/1945. Documento datilografado. Registro: 032/02/07/2015 – Localização: BMRP/AI Pasta 1 D1.

³ BIBLIOTECA MERCEDES REIS PEQUENO. Academia Brasileira de Música. Rio de Janeiro. Acervo Institucional Pasta 3 Sessão inaugural 24 de novembro de 1945. Documento 3: Minuta do noticiário oficial da ABM (nº2) pela 2º secretário Arthur Iberê de Lemos, 11/12/1945. 2 páginas datilografadas, com emblema da ABM. Registro: 047/14/07/2015 – Localização: BMRP/AI Pasta 3 D3.

entre outros⁴. Em telegrama de 29 de novembro de 1945, Aleixo de Vasconcelos e a família desse bacteriologista e membro da Academia Nacional de Medicina cumprimentavam Villa-Lobos porque “seu nome e a sua direção são a garantia do sucesso para mais essa obra de beleza e cultura inspirada pela sua genialidade”⁵.

Um recorte de jornal, sem data e sem autoria, provavelmente publicado em 1945, informava ao público leitor um conjunto de características da ABM. As atividades da nova instituição, após a reunião de 14 de julho de “compositores e musicólogos patrícios, representando as diversas tendências estéticas e as diferentes da modalidades da vida musical criadora e cultural em nosso país”. Segundo o texto, escrito em primeira pessoa, houve uma reunião prévia quando compositores paulistas, uma provável referência a João Baptista Julião e Savino de Benedictis, foram “investidos da missão de congregar os musicistas e musicólogos residentes em São Paulo”. Em referência a uma declaração de um dos acadêmicos, há ainda a menção sobre os significados de Academia: “como tão bem acentuou o meu confrade Eurico Nogueira França, a palavra ‘Academia’ não é uma intrusa na vida musical”, pois “era expressão genérica para significar uma reunião em que se fazia música” quando “dizia-se: ‘fazer uma academia’”. O cenário musical era, até então, composto por instituições de ensino musical e artístico como a Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil, o Conservatório Brasileiro de Música, o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, o Conservatório de Belo Horizonte, de ensino pedagógico de música como o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico e o Instituto Musical de São Paulo, de direitos profissionais, os respectivos sindicatos, e de direitos autorais, como a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais. De acordo com o texto,

faltava uma entidade de caráter exclusivamente artístico-cultural, representativa da Música Brasileira no cenário universal, como o Instituto Histórico e geográfico e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro representam a nossa ciência histórico-geográfica; a Academia Brasileira de Letras, a nossa literatura; a Academia Nacional de Medicina, a nossa ciência médica.

⁴ BIBLIOTECA MERCEDES REIS PEQUENO. Academia Brasileira de Música. Rio de Janeiro. Acervo Institucional Pasta 3 Sessão inaugural 24 de novembro de 1945. Documento 5: Relação das autoridades que compareceram ou se fizeram representar na sessão inaugural da ABM. Relação de telegramas de congratulações pela inauguração da ABM e desculpas pela impossibilidade de comparecimento. 3 cópias datilografadas. Registro: 050/14/07/2015 – Localização: BMRP/AI Pasta 3 D5.

⁵ BIBLIOTECA MERCEDES REIS PEQUENO. Academia Brasileira de Música. Rio de Janeiro. Acervo Institucional Pasta 3 Sessão inaugural 24 de novembro de 1945, documento 8: Telegramas recebidos de convidados que não puderam comparecer na sessão inaugural da ABM. Registro: 052/14/07/2015 – Localização: BMRP/AI Pasta 3 D7.

Com personalidades de todas as gerações, continuamos a ler no texto, “a intenção de Villa-Lobos e dos demais musicistas que acudiram ao seu apelo não foi aquinhoarem-se com inane honraria, meramente decorativa, mas constituírem verdadeiro centro de atividade”. A ABM, diferiria de outras instituições de imortalidade, porque seus fundadores iriam “trabalhar pela Música em vez de integrar um cenáculo formalístico”. Ao refutar o modelo do “cenáculo formalístico”, a Academia havia sido fundada sobre um princípio público de compromisso público dos compositores e dos musicólogos, havia, portanto, uma missão inerente à responsabilidade de assumir o cargo de integrante de uma reunião de “gente laboriosa que não costuma perder tempo, e que julga não ir perdê-lo agora, criando para si mesma novos deveres antes do que novos direitos”. Os deveres dos acadêmicos fundadores eram concernentes à promoção da música com sua função social de auxiliar a construção de uma imaginação dos símbolos nacionais e, ao mesmo, estabelecer os parâmetros para o ingresso no panteão. Era, portanto, uma reunião de “gente laboriosa” que incluía

desde a música representativa do Oitocentos, até o Atonalismo e a moderníssima micro-técnica musical, autores de obras de música sacra, de ópera, dos gêneros sinfônico, coral e camerístico; tratadistas musicais, pesquisadores de folc-lore musical, técnicos de discografia e fonografia; críticos musicais; conferencistas; professores universitários de Estética, Pedagogia e História da Música.

Fundador em 1926 do Instituto Musical de São Paulo e autor de livros como “Ciranda, ciradinha (coleção de cantigas populares e brinquedos)”, ao lado de João Gomes Junior, João Baptista Julião, na sessão de fundação da Academia, assumiu a função de procurador e recolheu as assinaturas dos membros residentes em São Paulo: Arthur Pereira, Furio Franceschini, Francisco Casabona, João da Cunha Caldeira Filho, João Gomes Junior, João de Souza Lima, Martin Braunwieser, Mozart Camargo Guarnieri, Samuel Archanjo dos Santos, Paulo Florence, Savino de Benedictis e Oneyda Alvarenga. Nomeada em homenagem a Alberto Nepomuceno após reformas estatutárias, a cadeira fundada por Julião, devido ao seu falecimento 1961, foi ocupada por José Mozart de Araújo. Nascido em Bari na Itália, Savino de Benedictis ministrou aulas em conservatórios e fundou a Academia Musical de São Paulo em 1928. Ele e João Baptista Julião nasceram na década de 1880, respectivamente em 1883 e em 1886; figuravam, portanto, entre os mais velhos na lista de fundadores da ABM, a qual também contava com jovens compositores, nascidos no início do século XX, como Helza Cameu (1903), Dinorah



de Carvalho (1904), Radamés Gnattali (1906), Camargo Guarnieri (1907), Enio de Freitas e Castro (1911) e Claudio Santoro (1919).

O documento intitulado “Circular nº1” fornece um conjunto de informações sobre as primeiras sessões da Academia Brasileira de Música. Assinado por Arthur Iberê de Lemos, segundo secretário, e datado de outubro de 1945, tinha como destinatário cada “Prezado confrade” para informar, em data a ser ainda “fixada e anunciada”, a primeira sessão pública, cujo programa, era formado por três momentos. Inicialmente, a “alocução pelo Presidente Maestro H. Villa-Lobos”, depois o “discurso inaugural pelo Secretário-Geral Professor José Cândido de Andrade Muricy”, por fim, “audição de música brasileira”, uma “homenagem aos patronos da ABM, cujo programa contará de peças para piano solo da autoria de José Maurício, Itiberê da Cunha, Alexandre Levy, Leopoldo Miguez, Henrique Oswald e Alberto Nepomuceno, pelo pianista João de Sousa Lima”. Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, o “Dr. Herbert Moses”, havia deixado à disposição o auditório, assim como o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico autorizou a instalação da sede provisória da Academia. Devido ao registro e à publicação no Diário Oficial dos Estatutos, houve um conjunto de despesas, com a feitura do sinete e com material de expediente, por isso, na mesma circular, “a Diretoria faz um apelo para que os Srs. Acadêmicos contribuam com uma quota mínima de CR\$ 50,00”. Essa contribuição deveria ser realizada em cheque ou ordem postal para o tesoureiro Lorenzo Fernandez, cujo endereço profissional era o Conservatório Brasileiro de Música, localizado à Avenida Graça Aranha. Aos cuidados do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, a Diretoria também solicitou o envio de notas biográficas e de relação de obras, editadas ou não, para “preparação de um dicionário relativo às atividades musicais brasileiras, cuja organização e publicação serão feitas pela ABM”⁶.

Para as 21 horas do dia 24 de novembro de 1945, foi programado o início da sessão inaugural no Auditório da Associação Brasileira de Imprensa. Diferentemente do esboçado na “Circular nº1”, o programa foi composto de três partes. A primeira com alocução de Villa-Lobos e discurso de Andrade Muricy, a segunda com “recital pianístico do Acadêmico João de Souza Lima” com a) “Andante” (do Ingemisco da Missa de Requiém) do Padre José

⁶ BIBLIOTECA MERCEDES REIS PEQUENO. Academia Brasileira de Música. Rio de Janeiro. Acervo Institucional. Pasta 3 Sessão inaugural 24 de novembro de 1945. Documento 1: Informe sobre a sessão pública de inauguração da ABM. 3 exemplares datilografados. Registro: 045/14/07/2015 – Localização: BMRP/AI Pasta 3 D1.



Maurício, na transcrição de João Itiberê da Cunha, b) “Rigaudon (da Suite Antiga)” de Alberto Nepomuceno, c) “Impromptu” de Leopoldo Miguez, d) “Valsa lenta” de Henrique Oswald, e) “Allegro Appassionato” de Alexandre Levy, a terceira parte constituiu apresentação dos corais de professores do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, regidos pelo professor Otavio Vieira Brandão. Na programação da terceira parte, novamente era possível acompanhar o elogio aos patronos, pois, após a execução do cânone da ABM, da autoria de Villa-Lobos e que ainda serve de insígnia para a instituição, dois corais de J.S. Bach, “Kyrie” do Padre José Maurício, “Padre Nosso” de Francisco Braga, “Baile na Flor” de Nepomuceno e o “Hino da proclamação da República”, composição de Leopoldo Miguez⁷.

Assinada por Iberê de Lemos, em 11 de dezembro de 1945, a minuta do noticiário oficial da ABM, em um papel cuja margem superior era registrado o nome do Ministério da Educação e Saúde, traz preciosas informações sobre a mesa da sessão de novembro. Estiveram presentes 26 membros da Academia, além de várias personalidades do campo intelectual, cujas instituições anotadas foram transcritas conforme indicadas nesse esboço: Marc Fabre, adido da embaixada francesa, Edgard Roquete Pinto, do Instituto Nacional de Cinema Educativo, Marcos de Mendonça, da Associação de Artistas Brasileiros, Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, da Casa do Estudante do Brasil, Alcina Navarro de Andrade, da Cultura Artística de Petrópolis, Curt Lange, do Instituto Interamericano de Musicologia, de Celina Nina, representante do “Dr. Lourenço Filho” do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, e Geysa Boscoli, da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais. Além de Villa-Lobos, a mesa era formada pelo Capitão de Mar e Guerra Cesar de Fonseca, representante do Ministro José Linhares, presidente interino da República, Dr. Souza Brasil, representante do “Dr. Raul Leitão da Cunha, ministro da Educação e Saúde”, o Capitão tenente Maurilio Augusto Silva, representante do Almirante Dodsworth Martins, ministro da Marinha, João Itiberê da Cunha, Andrade Muricy, Lorenzo Fernandez, Luiz Heitor e Artur Iberê⁸. Na mesma minuta, foram listadas as 11 cadeiras que receberam “nomes de patronos, compositores ou musicólogos ilustres”: Cadeira 13 Leopoldo Miguez; Cadeira 16 Henrique Oswald; Cadeira 18 Francisco Manoel; Cadeira 22

⁷ BIBLIOTECA MERCEDES REIS PEQUENO. Academia Brasileira de Música. Rio de Janeiro. Acervo Institucional. Pasta 3 Sessão inaugural 24 de novembro de 1945. Documento 2.: Programa da sessão inaugural. Registro: 046/14/07/2015 – Localização: BMRP/AI Pasta 3 D2.

⁸ BIBLIOTECA MERCEDES REIS PEQUENO. Academia Brasileira de Música. Rio de Janeiro. Acervo Institucional. Pasta 3 Sessão inaugural 24 de novembro de 1945. Documento 3: Minuta do noticiário oficial da ABM (nº2) pela 2º secretário Arthur Iberê de Lemos, 11/12/1945. Margem superior: Ministério da Educação e Saúde. Registro: 047/14/07/2015 – Localização: BMRP/AI Pasta 3 D3.



José Maurício; Cadeira 23 Luciano Gallet; Cadeira 31 Francisco Braga; Cadeira 32 Carlos Gomes; Cadeira 34 Alexandre Levy; Cadeira 39 Alberto Nepomuceno; Cadeira 46 Glauco Velasquez; Cadeira 50 Mario de Andrade.

Eurico Nogueira França, na coluna “Correio Musical” do “Correio da Manhã” de 27 de novembro, apresentou ao público leitor o texto “Uma nova academia”. Em sua análise, “a classe musical brasileira necessita realmente de fortes laços associativos, de um agente de comunhão”, por isso a Academia foi fundada como “órgão seletivo de compositores e musicógrafos brasileiros disposto a conjugar as figuras credenciadas da nossa música” com duas finalidades: a) “exercer diretamente uma ação estimuladora do meio” e b) “para o estudo e o debate dos assuntos profissionais” sobre cultura e criação artística. Organismo consultivo, a Academia também, devido à sua função representativa, deveria promover o “intercâmbio de ideias com os demais países”. Nogueira França, então, era crítico da exclusão de intérpretes da instituição formada por musicógrafos e compositores, entre os quais muitos “trocariam” a “perspectiva o renome póstumo pelo privilégio imediato de ouvirem suas obras executadas por alguns dos intérpretes que estão fora da academia”. Em sua concepção, por laços indissociáveis, compositores e intérpretes são responsáveis pela criação musical, pois

a música escrita tem apenas uma existência latente. E o labor de reconstituição do intérprete assemelha-se muito a uma segunda gênese da obra. O itinerário que ele percorre vai da periferia dos símbolos escritos no papel pautado, ao que há de mais vivo na composição.

Como indicado no discurso de Muricy, enfatizou Nogueira França, a “Academia deve evitar o academicismo”, pois “o novo cenáculo [...] pode vir a ser útil” se não sofrer de anquilose ou de mumificação. A audição do solista Souza Lima e do conjunto coral do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico foi mal avaliada pelo crítico, pois “esteve a um tempo à margem da crítica - pelas condições em que se efetuou - e abaixo da crítica, pela má qualidade da execução (principalmente coral) e escolha inadequada das peças do recital de piano”. Por isso, o acadêmico encerrava o texto apontando que a audição da sessão inaugural “não nos sirva de índice da capacidade realizadora da Academia”⁹.

“O Estado de S. Paulo”, por sua vez, somente no dia 4 de dezembro comunicou que “a sessão inaugural da nova instituição recentemente fundada no Rio” havia contado “com a

⁹ Eurico Nogueira França. “Uma nova Academia”. *Correio da Manhã*, Correio Musical, 27 de novembro de 1945, pg 15.

presença de altas autoridades civis e militares, e de seleta assistência”¹⁰. No arquivo institucional da ABM, um texto encontrado como recorte de jornal, sem autoria e sem identificação de proveniência, providencia um conjunto de considerações sobre a atividade musical no Brasil e a importância da Academia como espaço de comunhão e “órgão representativo da nossa vida músico-artística” com “a intenção bem determinada de incentivar a sociabilidade dentro da classe”, pois “os Músicos vivem em nosso meio muito dispersados pelas contingências da vida material. Afora recontros de caráter profissional inevitáveis, só a amizade particular determina a convivência, e, ainda assim, nem sempre”¹¹.

Um rascunho de ata informa sobre a primeira sessão pública realizada no auditório do Ministério da Educação em 28 de julho de 1946¹². A mesa foi formada pela diretoria da ABM, Villa-Lobos, Andrade Muricy, Luiz Heitor Correa de Azevedo, Iberê de Lemos e Lorenzo Fernandez, além dos convidados pelo “sr. presidente”: D. Jayme de Barros Câmara (Cardeal arcebispo do Rio de Janeiro), Dr. Antônio Real da Costa, representante do Ministério da Educação e Saúde, um representante do Ministro das Relações Exteriores, Dr. Levi Carneiro, presidente da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, Dr. Augusto Ponto Lima, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ministro Barbosa Carneiro, chefe do Serviço de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores e o acadêmico Frei Pedro Sinzig. Foram enviados telegramas pelas Bispo de Nitérói e pelo “Exmo. Sr. Presidente da República” felicitando a Academia por esse ato fundacional com a presença dos acadêmicos Renato Almeida, Florêncio Lima, Brálio Itiberê, José Siqueira, Newton Pádua, Frutuoso Viana e Octavio Bevilacqua, além dos convidados Miecio Horzowski e membros da Comissão Arquiepiscopal de Música Sacra.

Andrade Muricy, devido ao cargo de secretário-geral, foi responsável pelo discursos de saudação ao acadêmico conferencista daquela ocasião, Frei Pedro Sinzig. Em suas palavras, enfatizou como o acadêmico exercia o papel de intelectual híbrido devido à “multiplicidade de

¹⁰ BIBLIOTECA MERCEDES REIS PEQUENO. Academia Brasileira de Música. Rio de Janeiro. Acervo Institucional Pasta 3 Sessão inaugural 24 de novembro de 1945. Documento 14: “Academia Brasileira de Música”. *O Estado de S. Paulo*, 4 de dezembro de 1945. Registro: 060/17/07/2015 – Localização: BMRP/AI Pasta 3 D14.

¹¹ BIBLIOTECA MERCEDES REIS PEQUENO. Academia Brasileira de Música. Rio de Janeiro. Acervo Institucional Pasta 3 Sessão inaugural 24 de novembro de 1945. Documento 12: recorte de jornal, sem data e sem autoria. Registro: 058/17/07/2015 – Localização: BMRP/AI Pasta 3 D12.

¹² BIBLIOTECA MERCEDES REIS PEQUENO. Academia Brasileira de Música. Rio de Janeiro. Acervo Institucional Pasta 1 Sessões e reuniões de fundação 1945. Doc. 15: Primeira sessão pública [Andrade Muricy?] Rio de Janeiro, Auditório do Ministério da Educação, 28/07/1945. Cinco folhas. Registro 040/13/07/2015. Localização: BMRP/AI Pasta 3 D15.



atividades como educador e autor de livros didático-musicais; como jornalista e vulgarizador; como executante e compositor; e por fim como musicólogo e diretor da Escola de Música Sacra e da revista 'Música Sacra'. Andrade Muricy ainda se referiu aos 53 anos de Sinzig no Brasil, com passagens como missionário nos conflitos armados em Canudos e no Contestado, quem deixou "o seu leito de enfermo para cumprir a "missão de fazer o elogio do patrono de sua cadeira, Padre José Maurício Nunes Garcia.

Na conferência, Sinzig, antes de uma "exegese técnico-artística e religiosa dos três 'Resposos' de Natal", traçou um breve perfil histórico do patrono de sua cadeira, "aludindo ao benemérito esforço do Visconde de Taunay para tirar do esquecimento a memória do maior compositor clássicos das Américas". Então, sob direção do maestro austríaco Maximiliano Hellmann houve apresentação do coro misto "José Maurício". Por fim, foi informada que a ABM providenciaria as comemorações do centenário dos patronos Brasília Itiberê da Cunha e João Gomes de Araújo, o cinquentenário de morte de Carlos Gomes e memória de Mário de Andrade, falecido no ano anterior.

Eventos comemorativos servem como pontos de apoio e de difusão de ideias, fabulações e projeções sobre entes coletivos (o povo), unidades nacionais (a cultura brasileira), expressões artísticas e gênios criadores. Por promoverem, ou ampliarem a divulgação, de lugares-comuns sobre espaços (sociais ou geográficos), cada festejo de centenário ou cinquentenário de nascimento constitui uma forma de reconstrução simbólica, de reorganização do panteão e da própria história escrita sobre uma prática artística ou sobre as "origens" da formação nacional. Ao analisar um campo em determinado contexto histórico, inclusive considerando sua sociogênese, é mais pertinente acompanhar a pauta ou a agenda de problemas de uma geração do que seguir um projeto intelectual como objeto. Na condição de livro a ser escrito, a atividade dos intelectuais, nos mais variados contextos de atuação política, se filiam a determinadas formas de apresentar, representar e interpretar o mundo social. Por isso, é necessário articular proposições metodológicas e teóricas da história das ideias, dos estudos sobre trajetórias de intelectuais, da sociologia do livro e da leitura, da sociologia da cultura ou dos processos culturais, da sociologia da sociologia e da história das ciências para compreender como compositores, críticos de música e professores de conservatórios instituíram uma instituição, tornaram legítimos os cortes que promoveram na história da música do Brasil a partir dos grandes "gênios" criadores.



Embora sem data, o documento “Alguns dados sobre a Academia Brasileira de Música”, mediante o uso do método indiciário, permite ao pesquisador imaginar as formas de divulgação dessa instituição para autoridades. Havia cinco divisões na publicação, como se fossem capítulos: “Fundação”, “Objetivos” – com a transcrição do primeiro artigo dos Estatutos –, “Alguns outros tópicos da organização estatutária”, “A primeira e atual Diretoria”, por fim, “Algumas das primeiras atividades”. Por inferência após leitura do último bloco, o documento circulou em 1947, durante o mandato da primeira diretoria e antes da solicitação de afastamento de Luiz Heitor Correa de Azevedo, ainda primeiro secretário, pois a instituição já havia sido reconhecida como “utilidade pública” e “órgão consultivo do governo”, segundo os decretos 22.032, de 7 de novembro de 1946, e 23.160, de 6 de junho de 1947. A pretensão da Diretoria era adquirir, devido à obtenção de tais honrarias, uma sede, até então a Secretaria e Tesouraria estavam provisoriamente instalada no Conservatório Brasileiro de Música e no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico: “com tais títulos, ser-lhe-á concedido, ademais, um terreno para a edificação de sua sede definitiva capaz de assegurar-lhe a sua independência econômica”. Na seção “Fundação”, a figura de Villa-Lobos novamente aparece como central para a constituição da Academia:

Por uma antiga sugestão e pela iniciativa de Heitor Villa-Lobos, secundada, a princípio, por um reduzido grupo de colegas (Oscar Lorenzo Fernandez, Savino de Benedictis, João Baptista Julião, Artur Iberê de Lemos, Florencio de Almeida Lima) – e, finalmente, por outro bem maior com a adesão de vários outros compositores e musicólogos brasileiros¹³.

No mesmo documento, constava também uma lista que reproduzia o décimo capítulo do Regimento Interno, referente aos prêmios: um “Prêmio Academia Brasileira de Música”, pelo conjunto de obras musical notável de compositor brasileiro, e 10 modalidades para diferentes tipos de contribuição à atividade musical no Brasil¹⁴. Devido às limitações orçamentárias, os prêmios não foram atribuídos.

¹³ BIBLIOTECA MERCEDES REIS PEQUENO. Academia Brasileira de Música. Rio de Janeiro. Acervo Institucional Pasta 4 Histórico. Documento 1: Alguns dados sobre a Academia Brasileira de Música, documento datilografado, 2 exemplares, sem data. Registro: 061/21/07/2015– Localização: BMRP/AI Pasta 4 D1.

¹⁴ BIBLIOTECA MERCEDES REIS PEQUENO. Academia Brasileira de Música. Rio de Janeiro. Acervo Institucional Pasta 4 Histórico. Documento 2: Academia Brasileira de Música, documento datilografado em folhas do Ministério da Educação e Saúde, sem autoria, sem data, nem remetente ou destinatário. Registro: 062/21/07/2015– Localização: BMRP/AI Pasta 4 D2.



Prêmio José Maurício da Academia Brasileira de Música	Para música sacra e coral
Prêmio Carlos Gomes da Academia Brasileira de Música	Para música de teatro
Prêmio Leopoldo Miguez da Academia Brasileira de Música	Para música sinfônica
Prêmio Henrique Oswald da Academia Brasileira de Música	Para música instrumental de câmara
Prêmio Alberto Nepomuceno da Academia Brasileira de Música	Para música vocal de câmara
Prêmio Alexandre Levy da Academia Brasileira de Música	Para música de piano
Prêmio José de Anchieta da Academia Brasileira de Música	Para obras de educação, erudição, história, crítica e estética musicais
Prêmio Mário de Andrade da Academia Brasileira de Música	Para obras de etnografia e folclore musicais
Prêmio Francisco Manoel da Academia Brasileira de Música	Para obras de didática musical e tratados técnico-musicais
Prêmio Francisco Braga da Academia Brasileira de Música	Para música destinada à juventude escolar

Estes foram alguns dos momentos decisivos da organização da Academia Brasileira de Música. A partir de uma concepção de relato sobre o passado, a primeira Diretoria e os fundadores da Academia organizaram o panteão com figuras referidas à história da música no Brasil - José Maurício e Carlos Gomes, por exemplo - e jovens promissores que deveriam prolongar os efeitos da tradição.